

Projeto: Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PROADAPTA

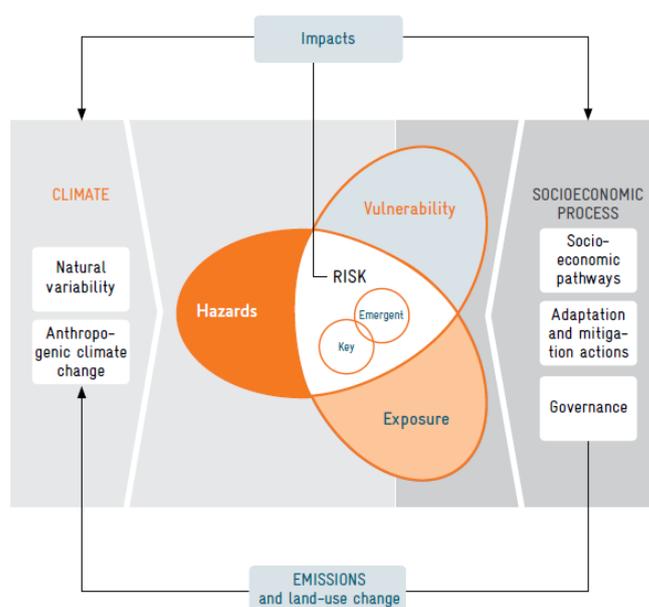
PN: 15.9060.3-001.00

Termo de Referência (TdR)

Cadeias de Impacto da Mudança do Clima – Salvador BA.

ADENDO DE PRAZO

17 de agosto de 2020



Source: IPCC 2014, p. 1046

1. Introdução

Impactos da mudança do clima já são observados na atualidade. De acordo com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA, 2016), já se têm registro da intensificação e do aumento da frequência de eventos extremos no Brasil nos últimos anos. Em algumas regiões do país, precipitações violentas provocaram deslizamentos, enchentes e inundações. Em outras, períodos de seca extrema comprometeram o abastecimento de água, a produção agrícola e a

geração de energia. Nas regiões costeiras, o aumento do nível do mar associado às tempestades e ventos fortes causaram danos às infraestruturas e prejuízos socioeconômicos em diversos municípios. Em resumo, os efeitos adversos da mudança do clima impactam os sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.

Paralelamente, além dos riscos climáticos, os municípios têm enfrentado as consequências do rápido processo de urbanização, ocorrido no país nos últimos 50 anos. Com esse processo, novos desafios foram postos aos gestores públicos locais e tomadores de decisão como, por exemplo, conciliar o desenvolvimento e a expansão das cidades com a conservação ambiental para redução da vulnerabilidade e da exposição da população aos efeitos da mudança do clima.

Visando subsidiar os diferentes níveis de governo no acesso a metodologias e informações adequadas para a realização de análises de vulnerabilidade, a gestão do risco e a elaboração de medidas de adaptação, o governo federal desenvolveu o PNA, instrumento que visa a redução do risco climático do país e implementação da Agenda Nacional de Adaptação.

Nesse contexto, foi desenvolvido, no âmbito da Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha, o projeto “Apoio ao Brasil na implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (ProAdapta)”, que visa contribuir para o aumento da resiliência climática do Brasil, por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Deste modo, por um lado o Ministério do Meio Ambiente (MMA) é fortalecido em sua função de coordenação. Por outro lado, nos setores, estados e municípios selecionados são desenvolvidas capacidades para que políticas públicas, métodos e instrumentos para a transversalização (mainstreaming) da adaptação à mudança do clima, bem como medidas replicáveis de adaptação, possam ser implementados. Paralelamente o projeto promove, por meio de medidas de sensibilização, a adaptação do setor privado e da sociedade civil à mudança do clima. Finalmente, as lições aprendidas do projeto são disseminadas tanto em nível nacional como internacional.

O projeto ProAdapta foi objeto de um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Alemanha, que resultou em uma parceria entre o MMA e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU). A agência implementadora do projeto é a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

No âmbito desta iniciativa, o ProAdapta visa fornecer apoio técnico aos parceiros selecionados, em temas relacionados aos objetivos listados acima, por meio de atividades, tais como: assessoria técnica, consultorias especializadas, estudos, realização/apoio/participação em eventos, capacitações, intercâmbio de experiências, comunicação e sensibilização, entre outros.

Em relação à sua abordagem junto aos Estados e Municípios, o ProAdapta possui como objetivo apoiar a consideração dos riscos climáticos nas políticas e estratégias locais e a implementação de medidas de adaptação inovadoras. Dentro deste escopo, as seguintes atividades poderão ser apoiadas pelo projeto, conforme a demanda:

1. Levantamento dos processos e procedimentos administrativos no setor público, relevantes para a adaptação, com vista para a necessidade de avaliações do risco climático;
2. Elaboração de análises de impacto e vulnerabilidade, de acordo com a demanda, como base para a identificação das necessidades de adaptação;
3. Realização de análises (econômicas) dos riscos (danos e prejuízos abruptos e gradativos) associados a mudança do clima, bem como do custo/benefício da adaptação;
4. Realização de análise dos pontos de entrada para a adaptação, p. ex. nas políticas, planos e programas de incentivos existentes; apoio à consideração dos riscos climáticos /medidas de adaptação nos respectivos processos; utilização de medidas de AbE.
5. Apoio à inserção da adaptação em planos, estratégias e políticas, conforme demanda e por meio de contribuições de especialistas;
6. Realização de medidas piloto de gestão de riscos climáticos nos processos de planejamento em nível estadual e municipal;
7. Articulação, apoio e sistematização de medidas de adaptação piloto inovadoras e replicáveis; e
8. Eventos para troca de experiências.

2. Contexto

Com mais de 2,9 milhões de habitantes, Salvador, capital do estado da Bahia, é o município mais populoso do Nordeste e o terceiro do Brasil. De acordo com o estudo "População em Áreas de Risco no Brasil" de 2018 do IBGE, Salvador apresenta a maior contingente de população em áreas de risco, tanto na Região Nordeste quanto no Brasil, contabilizando 1 217 527 habitantes (45,5 % da população total do município) (IBGE 2018). Ao mesmo tempo, é mais vulnerável aos efeitos da mudança do clima, em especial ao aumento do nível do mar, mas também a eventos como fortes chuvas, tempestades, inundações e erosão costeira, que causa destruição e impactos à infraestrutura do município, de acordo com o "Estudo de Impacto, Vulnerabilidade e Adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças climáticas" de 2016, do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC),

A Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) está trabalhando no tema de riscos climáticos, em particular a Diretoria de Resiliência Municipal, que faz parte da Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS). A Defesa Civil, que também faz parte da

SECIS, desempenha um papel importante neste tema. Salvador se candidatou a ser parte das 100 Cidades Resilientes apoiadas pela Fundação Rockefeller – iniciativa que tem como objetivo construir a Estratégia de Resiliência do Município. O foco da Estratégia de Resiliência é a promoção do desenvolvimento Sustentável para diminuição da desigualdade social – considerado como maior estresse crônico da Cidade. A Estratégia foi lançada em março de 2019 e encontra-se na fase 3 do projeto, voltada para implementação e aprofundamento dos projetos e iniciativas definidas na fase 32. Em paralelo, o Município contratou, recentemente, um consórcio de instituições (Way Carbon; ICLEI; WWF) para fazer o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (PMAMC) que será coordenado pela Diretoria de Resiliência. As duas iniciativas são sinérgicas e deverão apresentar atividades complementares. No âmbito do conjunto de iniciativas relativas à sustentabilidade, resiliência e mudança do clima, encontra-se em fase de preparação o edital para o Plano Municipal de Saneamento e Resíduos Sólidos. Existe um esforço do Município no sentido de promover estudos capazes de servir como base para políticas públicas eficazes no que se refere ao desenvolvimento sustentável, mudança do clima, e resiliência.

No processo de desenvolvimento de capacidades municipais para lidar com os riscos climáticos, existe consciência já que a mudança do clima pode afetar as provisões de água e da energia, a infraestrutura e o transporte, os sistemas de drenagem, a saúde humana, e a distribuição de alimentos. Dessa forma, se faz necessário que as soluções para lidar com as mudanças climáticas sejam desenvolvidas conjuntamente com a infraestrutura urbana. Existe também o claro entendimento de que o desenvolvimento de setores econômicos precisa incluir como dimensão fundamental o meio ambiente e os impactos presentes e futuros causados pela mudança do clima.

Diante disso, o Painel Salvador de Mudança do Clima vem com o intuito de gerar e tornar o conhecimento sobre mitigação e adaptação da Mudança do Clima em Salvador disponível para todos, agregando assim pesquisadores e profissionais em torno do tema mudança do clima e seus impactos e oportunidades na cidade para criar a agenda climática prioritária de forma a facilitar um desenvolvimento sustentável nos aspectos social, ambiental, e econômico com as especificidades de Salvador.

Acredita-se que dessa maneira será possível a criação de uma rede de conhecimento técnico e científico acessível para que os tomadores de decisões tenham maior segurança nas tomadas de decisão nos setores público, privado e sociedade civil, permitindo dessa maneira que os soteropolitanos tenham maior embasamento na hora de reduzir os efeitos e melhor se adaptarem à mudança do clima. O painel possui em sua estruturação 4 produtos principais: Câmaras Temáticas; Seminários; Bancos de Trabalho e Oportunidades de Implementação de Projetos. Esses 4 produtos podem ser analisados como sendo uma forma de implementar, em todos os

níveis da sociedade, a importância de se pensar nas mudanças climáticas e em seu impacto na sociedade.

3. Objetivos

Objetivo Geral:

O objetivo geral do presente TdR é de formular cadeias de impacto climático, para até 10 câmaras temáticas do Painel de Salvador de Mudança do Clima, com apoio dos membros especialistas e pesquisadores do painel e dos próprios departamentos da prefeitura que são pertinentes ao tema. As cadeias de impacto podem ser incluídas pelo Painel em uma das primeiras publicações dele, a primeira das quais deve sair em torno de março de 2020.

As cadeias de impacto devem ser elaboradas em um processo participativo através de três workshops com os coordenadores e membros das 10 câmaras temáticas, com representantes dos setores pertinentes municipais, e com outros atores especializados. As 10 câmaras temáticas que terão seus temas abordados são: mobilidade; resíduos; energias renováveis e eficiência energética; zonas costeiras; gestão da água; áreas verdes; saúde; eventos climáticos extremos; inovação para a sustentabilidade e resiliência urbana.

Dessa maneira as cadeias de impacto ampliarão o banco de dados e a compreensão dos fatores que impulsionam a vulnerabilidade à mudança do clima fornecendo assim uma base para a elaboração de um sistema de monitoramento contínuo da mudança do clima e da definição e priorização de medidas de adaptação adequadas.

4. Atividades Principais e Metodologia

Para o cumprimento do objetivo, será necessário o cumprimento das seguintes atividades principais:

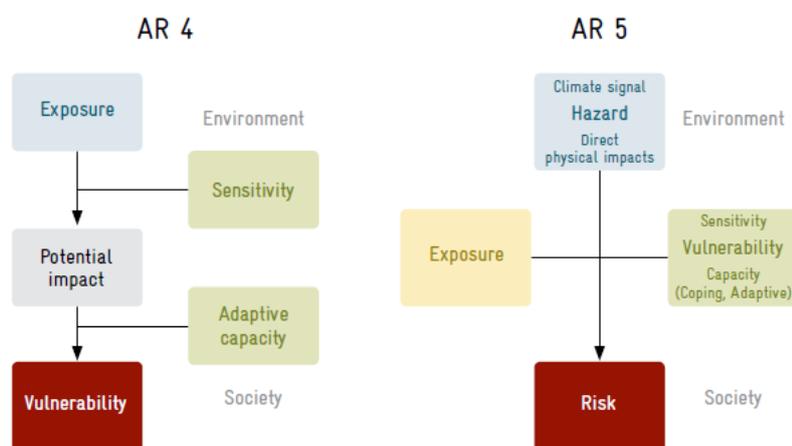
- **Passo 1:** Deve ser elaborado um plano de trabalho detalhado sobre como a consultoria local irá atingir seus objetivos, levando em consideração cooperação e orientação necessárias junto as demais instituições envolvidas nelas. O plano de trabalho deve ser apresentado e discutido com a Diretoria de Resiliência e a GIZ.
- **Passo 2:** O trabalho ligado aos objetivos deve ser baseado em etapas de a) apresentação de propostas iniciais pelo/a Consultor/a sobre como abordar a elaboração das cadeias de impacto, b) receber feedback/comentários da Diretoria de Resiliência e da GIZ, e c) implementação da forma adequada.

- **Passo 3:** Deve ser elaborado e entregue um relatório final incluindo uma tabela com todas as intervenções feitas e atividades realizadas pelo/a consultor/a no âmbito dos objetivos de trabalho.

Metodologia

Cadeias de Impacto climático podem ser definidas como uma *ferramenta analítica* para entender melhor as causas e os efeitos induzidos por potenciais riscos da mudança do clima; composta por um *processo participativo* para desenvolver uma compreensão mais profunda dos principais impactos da mudança do clima e fatores de risco em uma dada área / um dado sistema. Ou seja, podem ser entendidas como uma *abordagem motivante* para criar um entendimento mais detalhado entre os atores envolvidos relativo aos riscos e impactos climáticos dentro dos determinados temas/ áreas de atuação.

As Cadeias de Impacto Climático podem auxiliar em diversos processos ajudando a criar um entendimento melhor, uma *sistematização* e uma *priorização* dos fatores que direcionam a vulnerabilidade / o risco climático na área e nos temas sob revisão. Apoiam também na *capacitação* dos atores pertinentes na identificação dos maiores impactos climáticos e na busca de soluções estratégica, fornecendo uma ferramenta para *integração* dos resultados dos diferentes estudos já existentes, sendo, dessa forma, uma maneira eficiente de levar tais considerações aos tomadores de decisões. E, por fim, elas podem fornecer uma base para estabelecer uma *definição de indicadores* e a quantificação deles (p.ex. para estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação).



Para maiores esclarecimentos acerca de riscos /vulnerabilidade, segue abaixo o link para o Manual de Vulnerabilidade que foi elaborado pela GIZ (*Vulnerability Sourcebook*, 2013, em Inglês): https://www.adaptationcommunity.net/?wpfb_dl=203 (páginas: 54-71).

Na base do AR5 do IPCC (2014), foi elaborado um complemento sobre como considerar o conceito de "risco climático" em tal tipo de análise (*Risk Supplement*, 2017), da GIZ (em Inglês): https://www.adaptationcommunity.net/wp-content/uploads/2017/10/GIZ-2017_Risk-Supplement-to-the-Vulnerability-Sourcebook.pdf (páginas: 26-41).

5. Realização do trabalho

Para o processo em Salvador, está prevista a elaboração de até 10 cadeias de impacto climático (baseado nas 10 câmaras temáticas do Painel Salvador de Mudança do Clima. A realização do trabalho será dividida em 6 etapas:

- **Plano inicial de trabalho**

- Elaboração de um plano inicial de trabalho sobre a "Avaliação de Risco Climático" com as 10 câmaras temáticas do painel do clima, (em formato Word);
- Elaboração de um protótipo digital de cadeia de impacto e de versões preliminares ("zero draft") digital de cadeias de impacto para as 10 câmaras temáticas a serem abordadas pelo painel do clima (em formato preferido pelo/a Consultor/a), a ser preparada antes da realização do primeiro workshop.
- Preparação da programação do workshop inicial.
- Apresentação e discussão do plano inicial de trabalho por Skype.

- **Workshop inicial (Conceito geral, componentes de ameaça e exposição)**

- Na base do presente TdR, está fortemente sugerida a distribuição dos grupos de participantes das câmaras temáticas em dois workshops consecutivos (um dia para cada, com uma média de 5 câmaras por dia) para auxiliar no debate e trabalhar de maneira eficiente com essa quantidade de participantes (estima-se entre 5 e 7 participantes por câmara temática);
- Além de apresentação das cadeias de impacto de forma digital, está sugerido a impressão das cadeias de impacto em base de paredes destacáveis /papel grande a ser pendurado nas paredes da sala da oficina, e fichas que vão permitir tanto uma melhor visualização delas como uma abordagem participativa e dinâmica de discussão em grupo (a ser organizado e apoiado nos workshops por uma equipe da Prefeitura e do ProAdapta);

Exemplo paredes destacáveis (um por cada grupo nos dias de workshop):



- Apresentação introdutória (em formato PowerPoint) sobre os conceitos do AR4 e AR5, do IPCC (2007, 2014: a diferença entre os dois permeia-se na lógica de ter sido alterado o foco da vulnerabilidade para risco climático) e de todos seus componentes, e a metodologia geral de preparação de cadeias de impacto climático, a todos os coordenadores e membros das câmaras temáticas e aos parceiros do projeto;
- Introduzir e discutir, com os participantes, com mais detalhe os componentes de *Ameaça* e *Exposição* do AR5, do IPCC (na base de PowerPoint);
- Apresentação do protótipo de cadeia de impacto elaborado e da versão preliminar ("zero draft") das cadeias de impacto que foram elaboradas no plano inicial de trabalho, com foco nos componentes *Ameaça* e *Exposição*;
- Orientar os grupos das 10 câmaras temáticas para chegar a um melhoramento participativo do "zero draft" dos componentes *Ameaça* e *Exposição* para cada grupo/tema, e na atualização das cadeias de impacto nos pontos de relevância para cada grupo;
- Fazer uma apresentação e discussão rotativa dos resultados de cada grupo e receber feedback dos participantes sobre os resultados de cada grupo;
- Fazer um sumário do workshop e apresentar os próximos passos;
- *Após o workshop*: Atualizar o primeiro rascunho ("zero draft") das cadeias de impacto com base nos resultados do workshop e chegar ao "first draft" em versão digital, elaborar programação do workshop intermediário.
- **Workshop intermediário (Conceito geral, Componentes Vulnerabilidade e Risco)**
 - Apresentar um breve sumário do trabalho feito no workshop inicial;
 - Apresentar e receber feedback as versões "first draft" das cadeias de impacto revisadas para as 10 câmaras temáticas (o/a consultor/a deve comentar as cadeias de impacto revisadas);

- Introduzir e discutir em detalhe, com os participantes, os componentes de *Vulnerabilidade e Risco Climático* do AR5, do IPCC (em formato PowerPoint);
- Orientar os participantes/ grupos de trabalho para incluir os componentes de *Vulnerabilidade e Risco Climático* nas cadeias de impacto;
- Fazer uma apresentação e discussão rotativa dos resultados de cada grupo e receber feedback dos participantes sobre os resultados de cada grupo;
- Fazer um sumário do workshop e apresentar os próximos passos;
- *Após o workshop*: Atualizar o segundo rascunho ("first draft") das cadeias de impacto com base nos resultados do workshop e chegar ao "second draft", de forma digital.
- **Alinhamento com a Prefeitura**
 - Preparar uma versão digital do "second draft" das cadeias de impactos, com base no trabalho realizado no workshop intermediário;
 - Alinhar com a prefeitura a síntese das cadeias de impacto definidas até o momento;
 - Sugerir uma abordagem para quantificar os componentes e indicadores das cadeias de impacto, buscando dimensionar um potencial sistema de monitoramento do risco climático;
 - Incluir feedback da prefeitura no "second draft" das cadeias de impacto e na abordagem para quantificar os componentes, quando viável;
- **Workshop final (aprovar a versão final das cadeias de impacto, identificar pontos de entrada para quantificação dos componentes e dos indicadores delas)**
 - Apresentar o "final draft" das cadeias de impacto para as 10 câmaras temáticas;
 - Discutir com os participantes possíveis abordagens para quantificar os componentes e os indicadores das cadeias de impacto (tratando questões sobre *como*, em base de *que dados*, e por *quem*), buscando dimensionar um potencial sistema de monitoramento;
 - Discutir com todos as principais descobertas do processo e o uso futuro das cadeias de impacto;
- **Relatório final**
 - Preparação de um relatório final sobre os resultados, incluindo uma avaliação e descrição detalhada das cadeias de impacto desenvolvidas, e os resultados e recomendações da discussão sobre quantificação delas e monitoramento do risco climático.

6. Supervisão

O/A Consultor/a será guiada/o em seu trabalho pelos pontos focais da Diretoria de Resiliência da Secretaria da Cidade de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS) da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) e da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. O/A Consultor/a trabalhará em estreita colaboração com os gestores do painel climático de Salvador e a equipe das outras duas vertentes de trabalho contratadas pela GIZ.

A GIZ será responsável pela contratação do/a Consultor/a. A validação do cronograma de trabalho e do relatório final da consultoria para apresentação à GIZ será definida no âmbito da elaboração do plano de trabalho das outras três vertentes de trabalho, e em conjunto com a SECIS.

A SECIS servirá de ponte para a interlocução com as demais secretarias para a identificação de participantes no processo, obtenção de dados e informações necessárias para a realização do trabalho, e servirá como ponto focal da preparação e implementação do trabalho do/a Consultor/a no local.

O/A Consultor/a continua sendo o/a único/a responsável por todos os serviços relacionados à sua missão e à entrega dos produtos.

O Português é a língua de trabalho.

7. Produtos e prazos

O contrato terá duração entre o período de 04/11/2019 a 13/11/2020, sendo previstos até 65 dias úteis de trabalho. O prazo de entrega do produto final está delimitado para o dia 14/10/2020. Qualquer alteração de produtos e prazos deverá ser acordada entre as partes.

Descrição do produto	Dias Úteis	Prazo de entrega	Formato
Produto 1: Plano de trabalho, incluindo um protótipo da cadeia de impacto (modelo) e versões preliminares ("zero draft") das cadeias dos grupos, e a programação do workshop inicial.	15 dias	Até o dia 22/11/2019 (PAGO)	Word, Power Point
Produto 2: Relatório sobre o workshop inicial, incluindo tudo o material dele, versões "first draft" das cadeias de impacto, e programação do workshop intermediário.	15 dias	Até o dia 20/12/2019 (PAGO)	Power Point, Word

<p>Produto 3: Relatório sobre o workshop intermediário, incluindo tudo o material dele, e processo de alinhamento com a Prefeitura sobre as versões "second draft" das cadeias de impacto e potencial sistema de monitoramento do risco climático, e programação do workshop intermediário.</p>	20 dias	Até o dia 20/05/2020 (PAGO)	Word
<p>Produto 4: Relatório final sobre os resultados do workshop final, incluindo uma avaliação e descrição detalhada das cadeias de impacto desenvolvidas, e os resultados e recomendações da discussão sobre quantificação delas e monitoramento do risco climático.</p>	15 dias	Até o dia 14/10/2020	Word

8. Viagens

Para candidatos/as que tenham residência fora de Salvador, podem ser incluídas na proposta financeira até quatro (4) viagens áreas para Salvador, e até vinte (20) dias de hospedagem lá.

9. Requisitos e qualificações

Para a consecução das atividades definidas na etapa anterior, o presente TdR busca uma Consultoria a ser conduzida por um/a Consultor/a Individual. O/A Consultor/a deve ter as seguintes características, capacidades e experiências:

- Formação em Gestão, Administração, Ciência Política, Geografia, Urbanismo, Arquitetura, Mudança do Clima, ou em áreas afins.
- Conhecimento prévio sobre avaliação de vulnerabilidade e/ou risco climático, e bom entendimento dos conceitos de vulnerabilidade e risco climático, do IPCC.
- Entendimento claro sobre processos de elaboração de cadeias de impacto climático (mudança do clima, desenvolvimento sustentável no município, resiliência).
- Experiência anterior sobre preparação e condução de oficinas participativas.
- Experiência anterior sobre processos participativos com atores a nível municipal.
- Boa aptidão com os idiomas português e inglês.

10. Apresentação dos produtos

Os produtos deverão ser apresentados com capa de identificação contendo as seguintes informações: nome do (a) consultor, título da consultoria, número do contrato, número e nome dos produtos.

11. Pagamento (Aprovação)

Os pagamentos serão efetuados após a assinatura do contrato, aprovação dos produtos e apresentação de Nota Fiscal e/ou Fatura.

O processo de revisão e aprovação dos produtos inclui a avaliação do assessor técnico da GIZ e do ponto focal da Diretoria de Resiliência da Prefeitura Municipal de Salvador. O pagamento dos produtos dependerá da qualidade técnica dos produtos, sendo exigida a correção ortográfica e gramatical na primeira versão entregue.

A aprovação final dos produtos e a autorização para pagamento estão a cargo da diretora do projeto ProAdapta.

Considerações finais

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para a GIZ e Prefeitura Municipal de Salvador. A reprodução total ou parcial requer expressa autorização, reconhecendo-se a propriedade intelectual. Serão dados os devidos créditos de autoria de mapas, fotos, filmes e demais registros que venham a ser usado para fornecer informações sobre o estudo, a critério da instituição contratante.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização à GIZ e a Prefeitura Municipal de Salvador.

Código de conduta

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo regrado pelo respeito e apreço mútuos, representa para a GIZ um sinal de êxito e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o (a) consultor (a) ou empresa selecionado (a) deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:

- **Postura pessoal**
 - Escute e dê crédito a ideias de suas (eus) colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;
 - Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada (o) pelas desigualdades – em especial as mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;
 - Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;
 - Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como “atividades femininas”;
- **Ao prestar o serviço**
 - Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas (os) para suas (seus) colegas de trabalho. Evite piadas que degradem esses grupos;
 - Procure estar sempre informada (o) sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;
- **Orientações corporativas**
 - Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.

Brasília, 30 de setembro de 2019

Ana Carolina

Diretora

Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à

Mudança do Clima – PROADAPTA

Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH